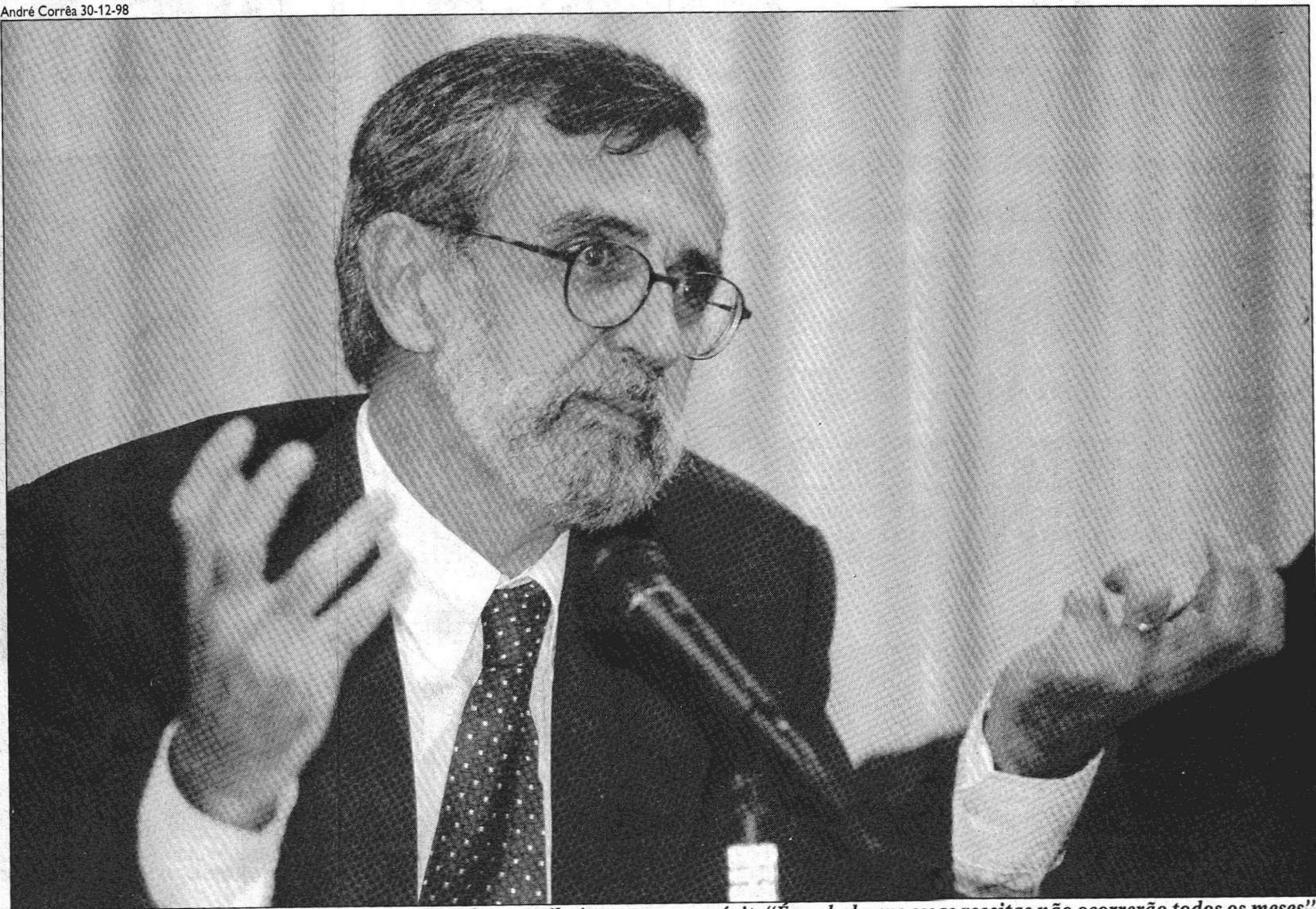


André Corrêa 30-12-98



Guimarães disse que a receita com a venda das teles contribuiu para o superávit: "É verdade que essas receitas não ocorrerão todos os meses"

UNIÃO

Superávit de R\$ 7 bi confirmado

Da Agência Estado

94

As contas do Tesouro, Previdência e Banco Central (governo central) apresentaram superávit (receitas superiores às despesas) de R\$ 7,129 bilhões no primeiro trimestre de 1999, segundo dados apresentados ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães. Esse resultado já havia sido antecipado no início da semana na Europa pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em março, o superávit registrado foi de R\$ 4,381 bilhões, resultado de um superávit de R\$ 5,140 bilhões obtido nas contas do Tesouro Nacional, de um déficit de R\$ 646 milhões (despesas superiores às receitas) registrado nas contas da Previdência Social e de um déficit de R\$ 113 milhões nas contas do Banco Central (BC).

No primeiro trimestre, as receitas totais atingiram R\$ 46,741 bilhões, enquanto as despesas somaram R\$ 44,019 bilhões. Em março, isolada-

mente, as receitas foram de R\$ 19,807 bilhões e as despesas atingiram R\$ 15,312 bilhões.

A contenção nos gastos também contribuiu para o bom resultado das contas dos três primeiros meses do ano. As despesas com custeio e investimento, que representam a parte mais facilmente "cortável" dos gastos governamentais, caíram de R\$ 10,785 bilhões, no primeiro trimestre de 1998, para R\$ 8,893 bilhões em 1999. Em março, esse grupo de gastos ficou em R\$ 4,318 bilhões. Também a folha de pessoal ficou R\$ 1,9 bilhão menor no período, mas apenas por um efeito administrativo.

Em março de 1998, o governo pagou 170% de uma folha salarial, devido a uma mudança no regime de pagamento de seus funcionários. Em março deste ano, os gastos com pessoal chegaram a R\$ 3,413 bilhões.

Esse resultado praticamente garante o cumprimento do compromisso de desempenho acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que era de um superávit

de R\$ 6,006 bilhões para as contas do setor público consolidado (conjunto formado pelo governo central, além de estados, municípios e empresas estatais, neste primeiro trimestre). "Estamos dando uma margem para que os outros entes da Federação e as empresas estatais tenham um déficit de até R\$ 1 bilhão", comentou Eduardo Guimarães.

CONCESSÃO

O bom resultado, porém, foi obtido graças a receitas extraordinárias que não se repetirão ao longo dos próximos meses. Metade do superávit do primeiro trimestre foi obtido apenas com receitas de concessão, que somaram R\$ 3,4 bilhões.

Nesse conjunto, estão pagamentos referentes às concessões da banda B da telefonia celular e à antecipação do pagamento de parcela da banda A. Outra receita extraordinária ocorreu em fevereiro, quando foram concedidos incentivos para a quitação de débitos fiscais, o que engordou a arrecadação em R\$ 2,2 bilhões.

"É verdade que essas receitas não ocorrerão todos os meses", admitiu Guimarães. No entanto, ele acredita que as contas do governo central continuarão tendo um bom desempenho, principalmente por causa da volta da arrecadação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), que deve render R\$ 1,2 bilhão ao mês, e do início da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos.

Esta última medida corre o risco de não ser concretizada, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) já concedeu liminar suspendendo sua cobrança para duas pessoas. "Esperamos que a cobrança seja mantida", disse o secretário.

Ele explicou que as receitas extraordinárias arrecadadas de janeiro a março tiveram como objetivo substituir esses tributos, que começarão a ser cobrados em maio e julho próximos. "O primeiro trimestre era o período mais difícil", afirmou.